

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



**Denise Pereira
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva
Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 16

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Data de aceite: 24/08/2021

Cláudia Maria Bernava Aguillar

<http://lattes.cnpq.br/9061760740009940>

RESUMO: A formação para a cidadania é um dos objetivos da Educação Profissional no Brasil. Os documentos oficiais que regem esta modalidade de ensino destacam uma formação para a cidadania liberal, ou seja, para atender o mercado de trabalho, revelando a necessidade de estudos que respondam se as escolas, por meio de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), transcendem a formalização destes documentos e formam para além desta cidadania burguesa. Este trabalho tem como objetivo discriminar e analisar diferentes concepções de Educação Profissional: a oficial do Estado e a que nasce dos próprios trabalhadores através dos movimentos sociais em parceria com instituições públicas de ensino. Analisa-se os PPPs de uma Escola Técnica do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e de uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando responder qual PPP, em uma sociedade capitalista, rompe com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora. Por meio de análise de documentos e entrevistas, considera-se que, mesmo havendo semelhanças naquilo que está formalizado nos documentos oficiais do Estado, a pedagogia focada no trabalho, na gestão democrática e na auto-organização dos alunos da escola do MST, contribui numa ação “contra a cidadania

burguesa” presente nas práticas formativas da escola capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Cidadania. Centro Paula Souza. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

TRAINING FOR CITIZENSHIP IN POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECTS OF TECHNICAL SCHOOLS: CONTRIBUTIONS TO THE PROFESSIONAL EDUCATION OF THE WORKING CLASS

ABSTRACT: Training for citizenship is one of the objectives of Professional Education in Brazil. The official documents that govern this modality of education highlight a training for liberal citizenship, that is, to serve the labor market, revealing the need for studies to answer whether schools, through their Pedagogical Political Projects (PPPs), transcend the formalization of these documents and form beyond this bourgeois citizenship. This work aims to discriminate and analyze different conceptions of Professional Education: the official one of the State and the one that comes from the workers themselves through social movements in partnership with public educational institutions. The PPPs of a Technical School of the Paula Souza State Center for Technological Education (CEETEPS) and of a School of the Landless Rural Workers Movement (MST) are analyzed, seeking to answer which PPP, in a capitalist society, breaks with training for the liberal citizenship of the working class. Through the analysis of documents and interviews, it is considered that, even with similarities in what is formalized in official State

documents, the pedagogy focused on work, democratic management and self-organization of students in the MST school, contributes to a action “against bourgeois citizenship” present in the formative practices of the capitalist school.

KEYWORDS: Professional Education. Citizenship. Paula Souza Center. Landless Rural Workers’ Movements.

1 | INTRODUÇÃO

A formação para a cidadania, como um dos objetivos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Profissionalizante no País, recebeu destaque nas reformas educacionais dos anos de 1990, como por exemplo a Lei de Diretrizes de Base (LDB), de 1996. A gestão democrática, a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, aparecem nos documentos destas reformas educacionais de um Estado capitalista, revelando a formação para cidadania por meio da reprodução da lógica do capital, ou seja, da cidadania moderna.

Compreende-se que cidadania moderna pode ser reedificada através do desenvolvimento da *contrainternalização* nos ambientes educacionais (MÉSZÁROS, 2008), por meio da utilização da categoria trabalho como princípio educativo, assumindo, assim, uma dimensão ontológica, processo pelo qual o indivíduo se faz, transformando a sociedade e transformando a si próprio. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas: uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e uma escola do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), ou seja, uma escola que segue “[...] uma pedagogia focada no trabalho e outra focada no capital” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 51). Qual proposta pedagógica para a Educação Profissional, em uma sociedade capitalista, procura romper com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora, é a situação problema estabelecida neste trabalho, com o propósito de contribuir na construção de PPPs para os trabalhadores, visando o fortalecimento político desta classe.

Escolheu-se para esta análise, mediante abordagem qualitativa, uma Escola do MST, curso Técnico em Agroecologia em parceria com o CEETEPS, que utiliza-se dos princípios pedagógicos do próprio movimento na formação humana por meio do trabalho, Escola Estadual de Educação Popular “Rosa Luxemburg” (MST), Agudos-SP e, uma escola técnica do CEETEPS que estabelece uma relação direta com o mercado de trabalho na formação de técnicos em Agropecuária integrada ao Ensino Médio, uma Escola Técnica do Centro-Oeste Paulista (CEETEPS).

2 | A CIDADANIA

A cidadania é um conceito constitutivo da democracia antiga, pois atribuía direitos políticos ativos àqueles que eram considerados cidadãos (WOOD, 2011). Na democracia

moderna, a cidadania assumiu uma face diferente da democracia antiga, pois o capitalismo substituiu o privilégio político pelo econômico, ou seja, por meio do liberalismo a cidadania moderna torna-se passiva. Os cidadãos (povo) não são concebidos como uma categoria social, assim como eram “[...] o *demos* ateniense, mas sim um grupo de indivíduos isolados com uma realidade política divorciada de suas condições sociais, especialmente no que se refere ao pertencimento de classe [...]” (WOOD, 2007, p. 426).

Esta concepção liberal de cidadania está atrelada aos ideais do liberalismo do século XVIII. Oriunda do latim *Liber* (livre), a palavra liberal se refere às ideias políticas de pensadores dos séculos XVII e XVIII, tais como Tomas Hobbes e John Locke. As teorias contratualistas de Hobbes e Locke marcam a passagem do estado de natureza à sociedade civil. Os direitos naturais foram transformados em direitos civis. Os indivíduos, por meio de um acordo ou contrato, aceitaram transformar a liberdade natural em liberdade civil. Trocaram a posse natural de bens pela cidadania.

É no período de transição do feudalismo para o capitalismo, que nasce o Estado de direito (o soberano) e a sociedade civil (os cidadãos). A cidadania moderna se desenvolveu ao atribuir aos homens deveres e direitos. Entretanto, eram direitos “que satisfaziam os interesses da burguesia, dentro do processo de constituição do mercado livre [...] criando condições para a consolidação do modo de produção capitalista” (DORNELLES, 2005, p. 129).

As transformações deste período aconteceram como triunfo da sociedade burguesa liberal. Para Hobsbawm (1996, p. 38), na Era das Revoluções (1789-1848, período da Revolução Industrial na Inglaterra e da Revolução Francesa), os princípios inovadores, humanistas e progressistas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que tinham como teoria libertar todos os seres humanos, favoreceram, ainda que indiretamente, a construção de uma ordem capitalista e burguesa, pois “[...] assumiram como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista [...]”. Entretanto, o modo de produção capitalista despiu os homens da real liberdade ao serem dominados pela lógica do capital e a igualdade de direitos e oportunidades caiu por terra em uma sociedade dividida em proletários e capitalistas, isto é, em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

As ideias revolucionárias da Revolução Francesa são responsáveis pela definição da cidadania moderna. Redefine-se cidadania em virtude da incompatibilidade entre a monarquia absoluta e a liberdade e igualdade entre os homens. Rousseau (1712-1778), por exemplo, pontuava a necessidade da transferência da soberania para as mãos do povo. Para este pensador, “[...] a propriedade era a fonte da desigualdade humana e, como tal, da perda da liberdade. Os indivíduos através de um pacto iníquo, iludidos, teriam formado a sociedade civil onde tornaram-se desiguais e prisioneiros” (DORNELLES, 2005, p. 128). Um novo pacto social ou contrato social levaria os homens a recuperarem a igualdade, condição primeira para o direito de liberdade.

Este pensamento que definia o povo como soberano e as condições históricas

francesas do século XVIII, com uma burguesia em luta contra o absolutismo feudal, fizeram surgir os Direitos Humanos que coincidiram com as aspirações da massa popular na luta contra os privilégios da aristocracia e, principalmente, os interesses da burguesia na constituição do mercado livre. Assim, o conceito moderno de cidadania, de cidadão, foi construído e consolidado na construção dos Estados-Nações, tornando-se parte importante da ideologia liberal. Na construção deste conceito moderno, o Direito Civil aparece como fundamento principal da cidadania burguesa.

Marshall (1967, p. 63-64, *grifo do autor*), autor liberal-reformista, utilizando a Inglaterra como referencial para a análise, pontua que é possível traçar uma linha clara entre os três direitos que permeiam o conceito moderno de cidadania: o elemento civil, o político e o social. Assim, na sociedade Ocidental, a cidadania para Marshall (1967), apareceu como combinação de liberdade, participação, igualdade e segurança para todos os indivíduos sociais. Foi por meio dos direitos civis que o *status* de liberdade se ampliou, abrindo espaço para o reconhecimento dos direitos políticos e, aos poucos, conquistando os direitos sociais. Desta forma, o núcleo da cidadania burguesa se compõe de Direitos Civis.

Desta forma, cabe às instituições do Estado efetivação destes direitos. Entretanto, ao longo da história moderna, a cidadania se tornou um instrumento de equilíbrio da desigualdade social. Para Marx (2010, p. 48), os direitos humanos são de caráter individualista-burguês, pelo fato de que “[...] nada mais são do que os direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade [...]”. A liberdade se resume no direito do indivíduo de se mover sem prejudicar nenhum outro homem, desvinculando-os, ou seja, separando um indivíduo do outro. Tem-se assim os direitos do homem como direitos do homem individualista movido pelos seus interesses particulares, isto é, que se estabelecem na esfera privada. Os direitos civis são, portanto, a base da sociedade moderna, elemento essencial da cidadania e cabe ao Estado a garantia destes direitos.

O Estado seria a expressão da classe dominante, um aparelho repressivo e hegemônico da burguesia, formado pela sociedade política, que detém o monopólio legal da repressão e da violência, e pela sociedade civil, representada por organizações responsáveis pela elaboração e difusão da ideologia burguesa, tais como: organização religiosa, organização política partidária, organização sindical, organização profissional, organização midiática e organização educacional (COUTINHO, 1989).

A organização educacional é, assim, utilizada pelo Estado a serviço da classe dominante. Apesar da ideia da existência de uma única escola, tem-se, na sociedade capitalista, uma educação para o proletariado e outra para a burguesia. Esta dualidade da função da escola capitalista é analisada por Baudelot e Establet (1971), que ressaltam a impossibilidade da existência de uma verdadeira escola unitária em uma sociedade dividida em classes. Ela torna-se um instrumento a serviço da classe burguesa na luta ideológica

contra a classe proletária.

A escola transmite valores, normas, visão de mundo, ideias, crenças, comportamento etc., isto é, uma ideologia. Na sociedade capitalista, ela atua como instrumento de reprodução da ideologia dominante. A inculcação desta ideologia por meio da escola acontece como forma de regular as massas. Como a educação é obrigatória e gratuita, apresenta uma enorme audiência, tornando-se um canal importante na transmissão das regras capitalistas, dos interesses nacionais, garantindo, portanto, o controle social (ALTHUSSER, 1980; 1999).

Portanto, a formação cidadã, utilizada pelo sistema educacional capitalista, serve a inculcação da cidadania passiva, isto é, da cidadania burguesa. Analisa-se, assim, os PPPs de escolas inseridas em um Estado capitalista, mas com práticas diferentes, pois são referências norteadoras de todos os âmbitos da ação educativa de uma unidade escolar. São expressões ideológicas. As escolas organizam seus PPPs articulando-se aos interesses reais do grupo majoritário, ou seja, a formação do indivíduo se efetuará para o tipo de sociedade que a maioria deseja. Diretores, coordenadores e professores, seguindo os parâmetros oficializados pelo Estado, reproduzem uma ideologia dominante.

3 | A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: ANÁLISE DO PPP DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CEETEPS (CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO)

Nas últimas décadas, a educação profissional brasileira passou por reformas, com o intuito de expandir, atualizar e diversificar a oferta de cursos (BRASIL, 2014). Esta ênfase atribuída à Educação Profissional é visível no Estado de São Paulo, por meio da expansão, atualizações e diversificação das Escolas Técnicas (Etecs) e dos Cursos Técnicos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS, 2015a).

O CEETEPS é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Durante as últimas décadas do século XX, assumiu a administração da educação profissional em nível médio paulista de unidades já existentes e construiu novas Etecs e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), contribuindo com a expansão do ensino profissional (CEETEPS, 2015a).

As Etecs seguem um Regimento Comum que destaca a gestão democrática como norteadora do funcionamento destas Unidades de Ensino, valorizando as relações baseadas no diálogo e no consenso, tendo como práticas a participação, a discussão coletiva e a autonomia. Esta participação, segundo o Regimento, possibilitará a todos os membros da comunidade escolar o comprometimento no processo de tomada de decisões para a organização e para o funcionamento das escolas e propiciará um clima de trabalho favorável a uma maior aproximação entre todos os segmentos (CONSELHO DELIBERATIVO, 2015).

O Artigo 4º desta Deliberação (CONSELHO DELIBERATIVO, 2015, *grifo do autor*),

destaca como finalidades das Etecs:

I - Capacitar o educando para o exercício da **cidadania** e fornecer-lhe meios para sua inserção e progressão no **trabalho** e em estudos posteriores;

II - Desenvolver no educando **aptidões para a vida produtiva e social**;

III - Constituir-se em instituição de produção, difusão e transmissão cultural, científica, tecnológica e desportiva para a comunidade local ou regional.

A gestão democrática, a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social aparecem no Regimento Comum destas escolas e revelam a necessidade de análise deste documento e, também, dos PPPs na compreensão da formação para cidadania por meio de *“remédios formais ou essenciais”*, ou seja, por meio da reprodução da lógica do capital ou por práticas que quebrem a ideologia dominante.

Escolheu-se para esta análise uma Etec do Centro-Oeste Paulista, localizada no Município de Garça, SP, que oferece os cursos: Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e, também, o Teletec, ou seja, cursos Técnicos Semipresencial, nas áreas de Administração, Comércio e Secretariado (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

A escola foi criada pelo Decreto nº 28.304, de 31 de maio de 1957, como Escola de Iniciação Agrícola e, em 1968, através do Decreto 51094, de 16 de dezembro, foi transformada em Colégio Técnico Agrícola Estadual de Garça. Em 1994 foi transferida para o CEETEPS e, desde 1998 desenvolve o Projeto Cooperativa Escola dos Alunos que, assim como Associação de Pais e Mestres, compõe o quadro de apoio à administração da escola (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

O PPP ou Proposta Político-Pedagógica Plurianual utilizada pela escola, destaca como missão: “Formar um cidadão crítico, consciente de sua cidadania, competente, capaz de atuar no mercado de trabalho, buscando alternativas de aprimoramento e atualização profissional contribuindo assim, para a melhoria de sua qualidade de vida” (PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL, 2015). Para o Diretor da escola, está é missão de todas as Etecs do Estado, seguindo o Regimento Comum das Etecs de 2013.

Para tanto, além das disciplinas da Base Nacional Comum do curso técnico, disciplinas de Filosofia e Sociologia são ministradas na escola, por serem, segundo PPP, imprescindíveis para uma formação mais integral e cidadã do educando. Elas compõem o quadro de disciplinas oferecidas no Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio e, há, de acordo com o PPP, o desenvolvimento de projetos que favoreçam a contextualização e a interdisciplinaridade de conhecimentos, com o objetivo de despertar nos alunos “[...] noções e ações que o levem a mobilizar conhecimentos para intervir na realidade, desenvolvendo assim competências que constituem na formação integral do aluno” (PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL, 2015).

Este Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio, pertencente ao

eixo tecnológico de Recursos Naturais, forma:

[...] o profissional que planeja, executa, acompanha e avalia projetos agropecuários e agroindustriais, em suas diversas etapas e atividades, supervisionando a produção agropecuária. Administra empresas rurais e promove a industrialização e a comercialização de produtos. Experimenta, testa, desenvolve e melhora métodos e tecnologias de produção sustentável. Executa pesquisas e análises laboratoriais. Presta assistência e consultoria técnica, orientando sobre a produção, a comercialização e a biossegurança do setor. Promove diferentes formas de organização social, extensão e capacitação rural e o desenvolvimento da visão de sustentabilidade da produção agropecuária (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

O projeto pedagógico do curso apresenta o mercado de trabalho para os egressos da seguinte maneira:

Empresas agropecuárias e agroindustriais, de prestação de serviços, agroquímicos, fertilizantes, de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, destilarias e usinas de açúcar e álcool; instituições públicas e privadas de pesquisa, educação e extensão rural; cooperativas agropecuárias e fazendas; consultorias e assistência técnica (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

Um dos projetos da escola que, segundo o PPP, contribui para esta formação e atendimento ao mercado de trabalho, é o da Cooperativa Escola que tem como objetivo “[...] o fortalecimento da organização social, o desenvolvimento sustentável e progresso pedagógico da comunidade escolar, bem como o crescimento financeiro e econômico das atividades produtivas” (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b). Segundo o Diretor da escola, a cooperativa tem como cooperados os alunos, podendo fazer parte do quadro social também professores e funcionários da Etec. Segue estatuto próprio, independente da Etec, por ser uma empresa constituída juridicamente.

Por meio da Cooperativa Escola, a Etec aprimora os projetos agropecuários, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e, também, gera recursos financeiros para sua autossustentação e do setor de residência dos alunos. Esta prática se justifica, pois:

A escola hoje num mundo globalizado e capitalista exige a formação de um cidadão consciente e responsável, fruto da união de forças principalmente no setor agropecuário, pois no processo produtivo individual as dificuldades são maiores, como também a comercialização dos produtos e administração da empresa rural (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b).

A gestão desta Cooperativa é realizada por uma diretoria formada por alunos e funcionários da Etec, que exercem a atividade agropecuária para a manutenção dos projetos e a comercialização dos produtos. Desta forma,

Os alunos têm a oportunidade de acompanhar todo o processo produtivo da escola e ampliar os seus conhecimentos elaborando os projetos agropecuários, com noções básicas e com visão empresarial. O projeto cooperativa-escola vem atender à necessidade dos alunos em função da preparação para um

futuro com oportunidades maiores para quem está inteirado com o processo integrado, cooperativo e administrativo. Tem como principal responsabilidade a manutenção dos projetos agropecuários, sendo eles: Bovinocultura de Leite e Carne, Ovinocultura, Suinocultura, Avicultura de Corte e Postura, Cunicultura, Codorna, Minhocultura, Olericultura, Cafeicultura, Produção de mudas, Heveicultura, entre outros (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b).

Portanto, por meio desta descrição da Etec, seu PPP e Cooperativa Escola, compreende-se a preocupação na formação do contingente da força de trabalho para o mercado capitalista. A formação para cidadania está nas competências, habilidades e qualificação para o mercado de trabalho, numa busca por melhorias da qualidade de vida, evidenciando a “concepção produtiva da educação”, que passou a permear profundamente a sociedade durante a década de 1990, ao atribuir à escola a função de formar para o emprego.

A escola se constituía, assim, num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (GENTILI, 2005, p. 49-50).

Ao formar o contingente da força de trabalho, a educação é, também, promessa da empregabilidade. Nessa perspectiva, compreende-se que os alunos destes cursos escolhem os cursos que melhor os capacitem a competir e a educação se transforma em “principal força produtiva”.

Percebe-se, neste processo, que a educação contribui na produção e reprodução da sociedade capitalista e para a formação para cidadania burguesa. Como diz Mészáros (2008, p. 116), as escolas são uma parte importante do sistema global de internalização da lógica do capital. Os indivíduos são induzidos a aceitação dos princípios ideológicos da classe dominante. Interiorizam a cultura global da sociedade de consumo e, somente “a mais consciente ação coletiva pode destrinchá-los desta grave situação paralisante” (MÉSZÁROS, 2008, p. 116).

4 | A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA PRESENTE NAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO MST: A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO POPULAR “ROSA LUXEMBURG” (CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA)

O MST nasceu formalmente em janeiro de 1984. Junto com ele, o setor de educação foi implantado, com o intuito de garantir às crianças dos acampamentos e assentamentos o direito à escola. Como alternativa para a educação das crianças, frente à dificuldade de contratação de docentes, utilizou-se trabalhadores leigos dos próprios acampamentos e assentamento. Verificou-se, assim, a necessidade de uma formação adequada destes trabalhadores para a função docente. A primeira atividade de Educação Profissional do

MST foi, portanto, a formação de professores para os acampamentos e assentamentos, que teve início em 1990, com o Curso Normal, através da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), em Braga/RS. Outros cursos foram implantados, como o Curso Técnico em Administração de Cooperativas-TAC, criado em 1993, para atender a demanda por trabalhadores com formação específica na gestão das organizações associativas. Com a criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA e do Instituto de Educação Josué de Castro-IEJC, em Veranópolis/RS, por iniciativa do MST, em 1995, “[...] outras escolas e centros de formação profissional foram surgindo, em vários Estados” (GUHUR; SILVA, 2009, p. 3177-3178).

Os cursos são realizados em parceria com instituições públicas de ensino (Universidades, Escolas Técnicas, Institutos, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, etc.), apoiados por programas governamentais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Os PPPs destas escolas têm como objetivo a formação humana por meio do trabalho. O objetivo “[...] está no trabalho (todos devem trabalhar), na apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores e na terra como meio de produzir vida e identidade (e não como negócio)” (ITERRA, 2007, p. 12).

Nesta pesquisa, escolheu-se a Escola Estadual de Educação Popular “Rosa Luxemburg”, vinculada ao MST, localizada no Assentamento Rosa Luxemburgo, Distrito de Domélia, Município de Agudos-SP. Esta escola foi inaugurada em 08 de dezembro de 2008, na sede da antiga Fazenda Agrocentro, para atender os acampados e assentados da região. Conforme Venturelli (2013, p. 240), as capacitações e treinamentos, nesta escola, são ministrados por um grupo de extensão do Curso de Agronomia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Botucatu. Deve-se destacar, também, o programa de graduação estabelecido no convênio entre a UNESP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o PRONERA, para a formação dos assentados em nível superior.

Outra parceria estabelecida, objeto de pesquisa deste trabalho, é a da UNESP de Marília e o CEETEPS no oferecimento de um Curso Técnico em Agroecologia, iniciado no segundo semestre de 2015 e organizado por professores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, integrantes do MST e professores do CEETEPS. Para a certificação, este curso segue o que já está oficializado pelo Estado, ou seja, objetivos, perfil do profissional e a grade curricular oficial do CEETEPS.

Este curso, assim como o de Agropecuária oferecido pela Etec analisada, faz parte do eixo tecnológico Recursos Naturais e está

Fundamentado em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção, o técnico em Agroecologia atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista e nas atividades de preservação dos recursos hídricos, do solo, da fauna e da flora silvestre. Orienta sobre o controle natural e biológico dos insetos, doenças e plantas espontâneas. Realiza atividades de educação ambiental. Participa de ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade

e os sistemas produtivos (CEETEPS, 2015b).

Seguindo as informações disponibilizadas pelo CEETEPS, os profissionais certificados por este curso poderão trabalhar em:

Certificadoras de produtos da agricultura de base ecológica; empresas produtoras e fornecedoras de insumos agroecológicos; de prestação de serviços; instituições públicas/privadas de pesquisa, educação e extensão rural; de produção agropecuária sustentável; cooperativas e associações (CEETEPS, 2015b).

Segundo o Professor responsável pela implantação e implementação deste curso na Escola Estadual de Educação Popular “Rosa Luxemburg”, apesar de seguir o que está oficializado pelo CEETEPS para a certificação dos egressos, a prática pedagógica seguirá os princípios educativos em Agroecologia do MST, que utiliza da gestão democrática, do trabalho associado, da utilização adequada dos agroecossistemas etc. na formação humana.

Nos cursos de Agroecologia oferecidos pelo MST percebe-se a articulação da ação política na luta por Reforma Agrária com a educação escolar, numa tentativa de transformação humana e social. Assim, as práticas educativas em agroecologia são, além de soluções para os problemas ambientais, alternativas socioeconômicas e culturais por meio de um projeto político pedagógico para a emancipação humana.

Estas práticas educativas em agroecologia entraram, de maneira significativa, na agenda do MST a partir dos anos 2000, desencadeando na formação política e técnica dos indivíduos. Sugiram, assim, “[...] mais ou menos 26 escolas de Agroecologia do Movimento em todo o Brasil, com a intenção de formar técnicos voltados para a criação das condições gerais de produção e reprodução da Agroecologia (SANTOS, 2014, p. 61).

Como verifica Santos (2014), a Agroecologia é entendida pelo MST como um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar na formação de trabalhadores rurais por meio de princípios e conceitos ecológicos para o manejo sustentável, levando em consideração a preocupação com o esgotamento do solo, a degradação dos recursos naturais e a produção sem a exploração da mão de obra. As práticas pedagógicas na educação profissional em Agroecologia do MST são orientadas pelos princípios educacionais deste movimento social, tais como: a autogestão, a participação efetiva, os tempos educativos, o trabalho, a pesquisa, auto-organização dos alunos e a gestão democrática.

Durante entrevista com Professor responsável pela implantação e implementação do curso, verificou-se que o PPP da Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburg está em fase de reelaboração, seguindo os princípios pedagógicos do MST, tais como a gestão democrática e a auto-organização dos alunos.

Desta forma, sem o PPP da escola concluído para a análise, buscou-se a compreensão destes princípios em Dal Ri e Vieitez (2008, p. 224). Estes autores destacam que a gestão democrática “[...] compreende dois pontos fundamentais: a direção coletiva

dos processos pedagógicos e; a participação de todos os envolvidos no processo de gestão da escola” (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 225). Já *auto-organização dos estudantes* diz respeito ao coletivismo, aprendendo a dirigir e a obedecer, dependendo da necessidade.

As concepções pedagógicas de coletividade, gestão democrática e de formação humana estão presentes nos princípios filosóficos da educação do MST. A educação para a transformação social, a educação para o trabalho e a cooperação, a educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana e a educação com/para valores humanistas e socialistas, permeiam os PPPs das escolas (MST, 1996).

Deve-se ressaltar, também, que os princípios da educação do MST apresentam críticas à escola oficial do Estado, numa tentativa de construir sua própria escola. Esta escola atende aos interesses dos trabalhadores, na formação de “um novo homem, de uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo” (MST, 1999, p. 03). Para tanto, há a necessidade de um trabalho coletivo para “[...] romper com as cercas de mais este latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e **da educação burguesa**, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura” (MST, 1999, p. 04, *grifo do autor*).

Nos cadernos de educação do MST fica claro o objetivo de formação de uma “consciência organizativa”, preparando indivíduos “capazes de decidir sua vida e os rumos da caminhada coletiva do Assentamento e da classe trabalhadora (MST, 1999, p. 10). Assim, a organização coletiva é importante para desenvolvimento de novos sujeitos sociais, ou seja, de pessoas engajadas na luta e na construção de uma nova sociedade.

Há, portanto, uma tentativa de transformação da cidadania burguesa, numa luta por uma sociedade democrática que quebre a reprodução da sociedade capitalista, ou seja, uma democracia como prática de um grupo que se organiza, luta e vivencia a construção de uma nova sociedade. Desta forma, o MST deseja, do ensino fundamental ao profissional, que a escola “[...] eduque os **cidadãos** que desde cedo compreendam qual é o sentido de viver em sociedade e que especialmente a democracia como prática de organização do coletivo [...] (MST, 1992, p. 26, *grifo do autor*).

Portanto, o trabalho coletivo e o autogoverno democrático fazem parte das ações educativas do MST. Compreende-se nestas ações uma aproximação ao que Mészáros (2008) compreende como contraconsciência, ou seja, a adoção de práticas político-educacional-cultural no rompimento da lógica do capital no âmbito da escola estatal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito deste trabalho, buscou-se discriminar e analisar diferentes concepções de Educação Profissional: a oficial do Estado e a que nasce dos próprios trabalhadores através dos movimentos sociais em parceria com instituições públicas de ensino. Analisou-se, assim, os PPPs de uma Escola Técnica do Centro Paula Souza (CEETEPS) e de uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

buscando responder qual PPP, em uma sociedade capitalista, procura romper com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora.

Para atingir os objetivos, primeiramente, aproximou-se da compreensão do conceito de cidadania, sua configuração na Grécia Antiga e as mudanças que ocorreram nesta categoria, na democracia moderna, compreendendo as diferenças entre a cidadania antiga e a cidadania moderna. A primeira não separa, no seu exercício, a política da economia, se realiza como “cidadania ativa”, isto é, no poder do povo, não englobando, entretanto, a maioria da população. A segunda se efetiva na substituição pelo capitalismo, do privilégio político pelo econômico. É uma cidadania passiva que despolitiza os indivíduos e atomiza-os, mas que pode ser transformada e utilizada pela classe trabalhadora, reedificando-a por meio da *contraconsciência* ou da “*contracidadania*” burguesa.

Após análise dos PPPs das escolas supracitadas e de entrevistas com Diretor da Etec (CEETEPS) e Professor responsável pela implantação e implementação do curso de Agroecologia na escola do MST, verificou-se que, mesmo havendo semelhanças naquilo que está formalizado nos documentos oficiais do Estado, a pedagogia focada no trabalho, na gestão democrática e na auto-organização dos alunos da escola do MST, contribui numa ação “*contracidadania*” burguesa presente nas práticas formativas da escola capitalista.

Portanto, dentro deste contexto, a educação do MST nasce e se desenvolve atendendo aos interesses dos trabalhadores em luta, na formação de “um novo homem” e “uma nova sociedade”. O trabalho coletivo é evidenciado no rompimento das “cercas” da educação burguesa, ou seja, na *contraconsciência* ou “*contracidadania*” burguesa.

Entretanto, há a necessidade de uma pesquisa para uma compreensão destas propostas educacionais colocadas em prática, isto é, das ambiguidades na concepção de cidadania dos dirigentes, professores e alunos na vida cotidiana destas escolas, para assim, construir um PPP que contribua na educação democrática da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Referências sobre práticas formativas em educação profissional**: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. Revista de Educação Profissional. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010, p. 51-63.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **A Escola capitalista**. São Paulo: Cortez, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CANFORA, Luciano. **A democracia**: história de uma ideologia. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CEETEPS. **Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cursos/etec/agroecologia.asp>> . Acesso em: 03 ago. 2015b.

CEETEPS. **Perfil e histórico**. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2015a.

CONSELHO DELIBERATIVO. **Deliberação CEETEPS Nº 003, de 18-7-2013**. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/regimento-comum/regimento-comum-2013.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COUTINHO, C. N. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A educação do movimento dos sem-terra. **Revista brasileira de educação**. Maio/Jun./Jul./Ago. 2004, n. 26.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Educação Democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DORNELLES, João Ricardo W. **Sobre os direitos humanos, a cidadania e as práticas democráticas no contexto dos movimentos contra-hegemônicos**. Revista da Faculdade de Direito de Camps, Ano VI, nº 6, Jun. 2005.

ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.escolaagricoladegarca.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2015a.

ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA. **Cooperativa**. Disponível em: <<http://www.escolaagricoladegarca.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2015b.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2005.

GUHUR, Dominique M. P; SILVA, Irizelda Martins de Souza. **A educação profissional no MST: contribuições a uma educação profissional do campo**. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. PUCR, out. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2724_1383.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INCRA. **Incra cria três novos assentamentos da reforma agrária em SP (30/12/2014)**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-tres-novos-assentamentos-da-reforma-agraria-em-sp>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

ITERRA. Que Educação Profissional, para que Trabalho e para que Campo? **Seminário sobre Educação Profissional nas/para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul**. Síntese das discussões. Veranópolis/RS: mai. 2007.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. In: Coleção Os Pensadores XVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 37-138.

LOSURSO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1992). Como fazer a escola que queremos. In: **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº 1. Acesso em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7749>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1996). Princípios da educação do MST. In: **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº 8. Acesso em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7585>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1999). Como fazer a escola que queremos. In: **Caderno de Formação**, Porto Alegre, nº 18. Acesso em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7585>> Acesso em: 20 mar. 2015.

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL. Escola Técnica Dep. Paulo Ornellas Carvalho de Barros, 2015 (mimeo).

SANTOS, Laís Ribeiro dos. A gestão democrática na educação profissional agroecológica do MST/Paraná: a experiência da escola Milton Santos. **Rev. Tamoios**. São Gonçalo (RJ), ano 10, n.2, p. 57-68, jul./dez. 2014.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENTURELLI, Ricardo Manfrenatti. **Terra e Poder**: as disputas entre o agronegócio e a resistência camponesa no Sudoeste Paulista. Uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. 322 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia In: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocementario 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021